

Arue



Ministro condena preocupação com demissões nos cargos do governo

Crítica de Aureliano é para censurar Quéricia

O ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, condenou ontem a excessiva preocupação com a demissão nos cargos de governo, numa crítica implícita ao governador paulista Orestes Quéricia, que vem pedindo a sua saída do ministério. Aureliano admitiu, porém, que uma reforma ministerial possa ser útil para "renovar as esperanças". Ele fez estas declarações ao participar do ciclo de debates sobre a realidade nacional, promovido pelo Comitê de Imprensa do Senado.

"Vamos ter que nos aprofundar nos grandes temas nacionais, mas isso não é impossível diante dos embates políticos e em razão da admissão e da demissão de cargos ficarem no centro de gravidade das nossas atenções", reclamou o ministro. Ao ser indagado de como via os ataques de Orestes Quéricia à sua pessoa, Aureliano Chaves

respondeu em tom de brincadeira: "Vejo mal". Em seguida, já sério, reconheceu que é um direito dos governadores criticar o desempenho dos ministros, mas também reservou para si a prerrogativa de julgar os governos estaduais. "Posso ter a minha opinião sobre os governadores e vou dar na hora que eu achar oportuno", ameaçou.

Depois de assinalar repetidas vezes que é preciso haver uma conciliação nacional para que a nova Constituição possa ser votada, o ministro advertiu que se não forem criados instrumentos de entendimento "ganhará quem pode mais, e eu não sei quem pode mais, somente os desdobramentos é que vão dizer". Aureliano Chaves fez um apelo para que se exorcize qualquer hipótese de conspiração para derrubar o governo Sarney, ao ser indagado se havia esta

possibilidade. "Devemos dar nossa contribuição por atos e palavras para impedir um retrocesso. Por atos, votando logo a nova Constituição; e por palavras, evitando conversar sobre o assunto", alertou.

Aureliano Chaves criticou ainda a discussão no momento atual do mandato do presidente Sarney, quando não se definiu ainda qual será o sistema de governo a ser adotado — parlamentarismo ou presidencialismo. A seu ver, a discussão de questões são acirradoras de ânimos põe em risco o fundamental, que é a votação da Constituição. Ele lembrou que o compromisso dele próprio, de Tancredo Neves, Marco Maciel e Ulysses Guimarães foi o de lutar junto aos constituintes para fixar o mandato presidencial em quatro ou cinco anos, mas nunca em seis.

Presidência do PFL se define com a reforma

Gerson Menezes

A reforma ministerial, cujos contornos ainda estão nebulosos, será o parâmetro para a resolução da crise interna no PFL em torno da presidência do partido, ocupada interinamente pelo deputado Maurício Campos (MG). Esta conclusão, tirada por fonte da cúpula do PFL, surge em função do consenso a que chegaram os ministros Aureliano Chaves, Marcos Maciel e Jorge Bornhausen quanto à necessidade de um deles vir a ocupar a presidência da sigla, com o afastamento definitivo do senador Guilherme Palmeira.

O problema é que, embora Bornhausen e Maciel admitam a hipótese de deixar o Ministério a fim de ocupar o posto ao qual não pretende retornar Palmeira, enfrentam como primeiro obstáculo a perspectiva certa de não conseguirem recolocar nas respectivas pastas outras figuras do partido, não apenas em função das pressões peemedebistas, que irão se intensificar, como também pela pura e simples inexistência de quadros pefelistas com suficiente peso político para tais Ministérios. O presidente Sarney já teria garantido aos liberais sua disposição de manter nos respectivos postos os pefelistas, o que seria muito mais fácil mantidos os mesmos nomes. O Ministério da Educação, por exemplo, foi um dos mais disputados na última reforma ministerial, e sem dúvida a remoção de Bornhausen contribuiria para renovar ainda mais as forças do PMDB pela obtenção da pasta, que mesmo sem esse afastamento continuará bastante cobçada.

A demora para a resolução do impasse resulta portanto das indefinições sobre o que realmente ocorrerá com a reforma. Essa demora já começa, no entanto, a criar inquietações no partido, em função do adiamento de posturas que estariam sendo cobradas, segundo alguns liberais, pelas bases nos Estados. Deixa ainda em situação delicada o atual presidente Maurício Campos que, avesso inicialmente às versões — que considerou fantasiosas — de que haveria uma confabulação entre os ministros do partido em relação à situação do comando, já teria começado a admitir a realidade e até a interpretar determinados gestos de parlamentares como uma tentativa de derrubá-lo da presidência. A mais de uma pessoa, Maurício Campos teria desabafado contra a disposição do líder na Câmara, José Lourenço (BA), de convidar para um encontro em Brasília os líderes de assembleias legislativas de todo o País, para discutir, entre outros assuntos, a tese debatida em certos setores, de "rompimento" da Aliança Democrática. Lourenço, que não chegou ainda a efetivar sua intenção, pois nem sequer anunciou data para o encontro, teria desagradado Maurício com o simples anúncio de uma providência que seria prerrogativa do presidente da agremiação, e não de um líder de bancada. Da mesma forma, Maurício Campos teria se ressentido (embora procure manter fora do alcance da imprensa esse seu estado de espírito) com a decisão do deputado Jayme Santana (PFL-MA), de promover — sem convidá-lo — um jantar para a discussão em torno da necessidade de fortalecimento das instituições com vistas ao enfrentamento da atual crise econômica.

A dúvida da cúpula torna-se evidente a partir da simples demora em se dar ao comando do partido um caráter de definição num momento de crise sobre a qual o PFL só se manifesta através de opiniões isoladas. Essa demora persistirá, no entanto, porque Guilherme Palmeira continua resistindo aos reiterados apelos dos ministros pefelistas para retomar o comando, e diante disso o PFL, como sempre, aguardará o rumo dos ventos para então poder se "definir" conforme as conveniências do momento.

Plano do PT propõe nova greve em julho

São Paulo — O PT está propondo a deflagração de uma nova greve geral para a segunda semana de julho. E o que revela o plano de campanha de mobilização popular, cujo tema é "contra Sarney e a dívida, diretas para presidente", que foi discutido ontem em reunião da secretaria geral nacional do PT, junto com presidentes e secretários de diretórios regionais, no plenário Teotônio Vilela, na Assembleia Legislativa.

Preparado pelo diretório nacional, em reunião ocorrida nos dias 14 e 15 de março, o plano prevê uma série de manifestações para impulsionar a campanha, cujo objetivo é "a redução do mandato de Sarney e a suspensão do pagamento da dívida externa, com eleições diretas para presidente e mudança da política econômica". Dentre essas manifestações estão previstas: realização de atos públicos, passeatas e comícios, em várias cidades, no final de abril; grande comício em São Paulo em apoio à Conferência latino-americana contra a dívida externa, também em abril; comemoração unificada do primeiro de maio; atos e concentrações diante dos palácios dos governos estaduais e prefeituras das capitais, em maio; semana única com caravanas a Brasília e acampamento na praça dos Três Poderes, em junho.

Nesta estratégia está prevista uma preparação de 80 dias — de maio a julho — para a deflagração de uma greve geral, "em estreita colaboração com a CUT", além de uma campanha de "boicote do consumidor", que acontecerá em julho, quando a população escolher um ou dois dias por quinzena para "reduzir o consumo de determinada mercadoria ou serviço".

Maciel: retorno ao Senado está incerto

Recife — O ministro Marco Maciel disse ontem no Recife que "não há nada definido" quanto ao seu retorno ao Senado. O chefe da Casa Civil adiantou que somente poderá definir seu futuro político imediato se o presidente Sarney liberá-lo do cargo para o qual foi convocado e que continua à disposição do presidente.

Nos últimos meses tem sido noticiado com frequência que o ministro Marco Maciel deixaria o Gabinete Civil para retornar ao Senado. Em todas as ocasiões anteriores, ele negava o fato com ênfase. Desta vez, porém, limitou-se a dizer que "não há nada definido". Os jornalistas, que estão acostumados com as respostas sempre evasivas de Marco Maciel, interpretaram o fato como uma evidência da próxima saída do político pernambucano da chefia da Casa Civil.

Marco Maciel também foi evasivo quanto à posição dos governadores Orestes Quéricia, Newton Cardoso e Moreira Franco contra a permanência dos ministros Dilson Funaro e Aureliano Chaves: "Os governadores tem o direito de ter opinião, mas a decisão pertence ao presidente Sarney".

Subcomissão quer escutar a sociedade

Alegando não ter recursos financeiros para pagar passagens e hospedagens para representantes da sociedade civil serem ouvidos em audiências públicas, a subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias vai se deslocar para São Paulo, possivelmente no dia 21, para uma sessão de audiências públicas, que será feita na sede da Assembleia Legislativa do Estado.

A idéia foi do presidente da subcomissão, deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), apoiada pelo relator, deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ). Tão logo seja confirmada a data, os 21 membros da comissão poderão se deslocar, às próprias custas — usando as passagens que são dadas pela Câmara dos Deputados mensalmente — para a realização da sessão da audiência pública da subcomissão.

Como temário para a audiência pública, segundo Maurílio Ferreira Lima estão os seguintes assuntos: possibilidade de reeleição do presidente da República, dos governadores estaduais e dos prefeitos municipais; direito de cadastramento eleitoral para maiores de 16 anos; voto facultativo; e uma revisão na lei das inelegibilidades.

ACM vai dar explicações ao Senado

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, declarou que comparecerá à Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Senado para investigar a sua administração, se for convocado, e que está disposto a explicar os critérios utilizados para a concessão de emissoras de rádio e televisão. "As concessões atendem ao critério de prestígio político, região e capital para a montagem da emissora", garantiu.

A formação da CPI foi aprovada na noite de quarta-feira pela mesa do Senado, que apreciou e julgou desnecessário levar à deliberação do Senado o documento entregue pelo senador Fábio Lucena (PMDB-AM), devido ao grande número de assinaturas. A idéia nasceu no gabinete do senador Luiz Vianna Filho.

Passarinho culpa os novos pelo marasmo

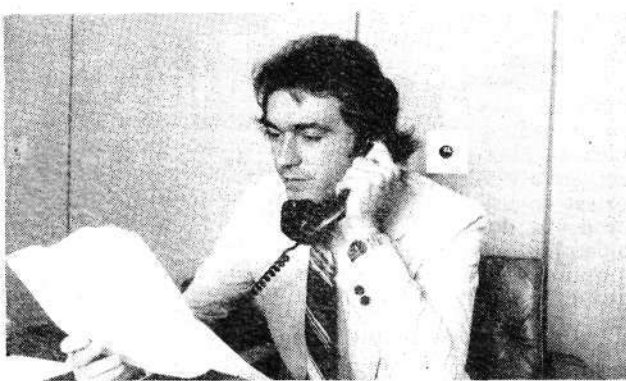
São Paulo — O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) responsabilizou ontem os novos deputados eleitos em novembro pela demora no início dos trabalhos de elaboração da Constituição. Qualificando a posição desses deputados de "síndrome do primeiro mandato", Passarinho defendeu a idéia inicial do próprio PMDB de se fazer uma grande comissão de trabalhos auxiliada por subcomissões. "Esses novos deputados resolveram rebelar-se contra os líderes, dizendo que não eram subdeputados, para pertencer a subcomissões. Por causa disso, hoje são todos subdeputados, porque só existem subcomissões", disse o senador. De acordo com Jarbas Passarinho, na prática acabou vingando a idéia da grande comissão, encarnada ontem pela Comissão de Sistematização.

O senador acusou também a Aliança Democrática como outra responsável pela demora. "A desinteligência dessa Aliança somou para o retardar. A Aliança não foi feita como num casamento, para o que vier. A união do PMDB com o



PFL nasceu para o divórcio imediato", disse. Segundo Passarinho, o último "round" dessa luta que se iniciou na questão da eleição para a mesa aconteceu dentro do próprio PMDB na última quinta-feira, na eleição do relator da Comissão de Sistematização, o deputado Bernardo Cabral. "Nós hoje estamos com mais de 60 dias, só agora instalando as comissões. Conseguimos bater o recorde da Constituinte de 1946, que foi de 45 dias".

Jarbas Passarinho disse concordar com a posição do governador paulista Orestes Quéricia, que pediu a saída do ministro Dilson Funaro. "Estou inteiramente de acordo com a crítica que o governador está fazendo, em relação a política econômica, que está nos levando a um impasse".



Dias contrariou pessoas "que eram íntimas do poder"

Ameaças de morte contra Alvaro Dias são rotina

Curitiba — O número do telefone 232-2834 foi desativado ontem no Palácio Iguacu. Tratava-se do único telefone direto do gabinete do governador do Paraná, que serviu quinta-feira, no período da manhã, para transmitir ameaças de morte e todo tipo de ofensas pessoais a Alvaro Dias. O motivo para as agressões disparadas contra o governador era sempre o mesmo: a anulação das aposentadorias irregulares de um procurador e três auditores e as exonerações de seus substitutos no Tribunal de Contas.

"Os dias desse desgraçado estão contados", foi uma das men-

sagens recebidas pelo chefe de gabinete do governador, Lúcio Cione, que atendeu a cerca de 15 telefonemas semelhantes entre às 9 e às 11 e 30 de quinta-feira. Segundo Lúcio, nunca antes o telefone direto havia tocado, e sequer o governador conhecia esse número. Como o número era restrito às pessoas mais ligadas aos últimos governadores do Paraná, o próprio Alvaro acabou comentando: "As medidas estão atingindo a pessoas que eram muito próximas ao poder". Já no final da manhã de quinta-feira o telefone teve seu fio desligado da tomada. Ontem, o número foi substituído.